

11 DE OUTUBRO DE 2014 - 14H30- CT VITÓRIA

**IX** ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DO  
**SECTOR DOS SEGUROS**  
DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE LISBOA

*"Mais Partido nas Empresas,  
Por uma Política Patriótica e de Esquerda"*



## RESOLUÇÃO POLÍTICA

# ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	2
<b>2. O SECTOR DOS SEGUROS EM PORTUGAL</b> .....	3
<b>Um feroz ataque aos direitos de quem trabalha e a entrega de um sector estratégico ao capital monopolista</b> .....	3
2.1 A precarização do trabalho no Sector .....	5
2.2 A propaganda da APS e a realidade das Companhias de Seguros .....	6
2.3 O Movimento Sindical e o Sector dos Seguros .....	7
2.3.1 O papel dos sindicatos da UGT na destruição dos direitos dos trabalhadores .....	9
2.3.2 Os comunistas e a intervenção sindical .....	10
2.4 Comissões de Trabalhadores .....	11
<b>3. O SECTOR DE SEGUROS E A NACIONALIZAÇÃO DOS SECTORES ESTRATÉGICOS COMO PROPOSTA CENTRAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS</b> .....	12
<b>3.1 Vantagens estratégicas da Nacionalização do Sector Segurador</b> .....	13
<b>4. REFORÇO DO PARTIDO, COMO CONDIÇÃO INDISPENSÁVEL PARA REFORÇAR A LUTA DOS TRABALHADORES DOS SEGUROS</b> .....	14
4.1 Caracterização do Sector .....	14
4.2 Trabalho de Fundos .....	15
<b>4.2.1 Campanha Nacional de Fundos para a aquisição do terreno da Quinta do Cabo</b> ...	16
4.3 A propaganda e o papel do Partido no esclarecimento dos trabalhadores .....	16
4.4 Jornal Avante! .....	17
4.5 Balanço do trabalho da Célula de Reformados .....	17
4.6 O reforço da estrutura do Partido nas empresas .....	18
4.7 Objetivos de trabalho futuros .....	19
<b>5. CONCLUSÃO</b> .....	20

## 1. INTRODUÇÃO

Recentemente, o governo PSD/CDS vendeu a um fundo de investimento as seguradoras do grupo Caixa Geral de Depósitos (CGD) que detêm 30% do mercado segurador em Portugal. Esta privatização constava do chamado “memorando da troica”, verdadeiro Pacto de Agressão aos trabalhadores e ao povo, assinado pelo PS, PSD e CDS e integrava as medidas dos PEC’s do anterior governo PS. Esta medida foi a derradeira etapa da destruição de uma das conquistas de Abril, a nacionalização do sector segurador, de especial gravidade sabendo que a CGD tinha adquirido a Bonança, a Império e a Fidelidade Mundial entretanto privatizadas.

Com a venda das seguradoras do grupo CGD, o Estado deixou de ter participações no sector segurador ficando sem qualquer controlo sobre um sector estratégico, indispensável para a dinamização da economia nacional. Acresce que com a venda das seguradoras do grupo Espírito Santo, a actividade seguradora está praticamente, salvo pontuais excepções, nas mãos do capital estrangeiro.

O PCP sempre analisou as gravíssimas implicações do domínio do grande capital na economia nacional e na vida dos trabalhadores e do povo. Em Setembro de 1976, o Organismo de Direcção de Seguros da Organização de Lisboa do PCP publicou um opúsculo no âmbito da defesa do sector nacionalizado, no qual se transcreveu um pequeno excerto de uma intervenção do camarada Álvaro Cunhal na Assembleia da República sobre as “duas perspectivas de que podem revestir-se as nacionalizações”:

*“... uma, a perspectiva da consolidação das nacionalizações, do controlo operário, da reforma agrária, como grandes conquistas revolucionárias em que deve assentar um desenvolvimento económico rumo ao socialismo; outra, um projecto de recuperação capitalista e agrária que respeite formalmente estas conquistas do nosso povo mas que vise a sua reconversão ao sistema económico capitalista, e que por isso significará desde já diminuição de salários reais, de regalias sociais, o aumento dos preços, o agravamento das condições de vida dos trabalhadores”.*

Os partidos que se têm alternado no poder, PS e PSD, sozinhos ou acompanhados pelo CDS, foram os executantes desta política de submissão aos interesses do grande capital, criando as condições necessárias para a privatização dos sectores básicos da economia e do sector financeiro segundo as políticas ditadas e orientadas pelo grande capital.

O PCP previu e preveniu as consequências da política de restauração do capitalismo monopolista: a entrada no Mercado Comum, as privatizações, a moeda única, o tratado orçamental, o Pacto de Agressão. A grande operação de “assistência financeira” encenada para submeter o país aos ditames da troica (União Europeia, Banco Central Europeu e FMI), resultou na perda de soberania, roubo de salários, reformas, pensões, direitos sociais e laborais arduamente conquistados, empobrecimento de largas camadas da população, ataque despudorado às funções sociais do Estado e isolamento das populações com o fecho serviços públicos como escolas, maternidades, hospitais e valências médicas, correios, tribunais, redução de freguesias, por exemplo.

O desemprego é uma chaga social, uma arma de arremesso do grande capital para pressionar a continuação do roubo de direitos e o número de portugueses que emigrou nos últimos anos

só é comparável ao sucedido no fascismo, com a agravante da perda de milhares de jovens altamente qualificados, formados na Escola Pública, verdadeira conquista de Abril.

Com este ataque ao povo e ao país, o sistema financeiro, principal beneficiário das medidas da troica, foi capitalizado com dinheiro públicos, sucedendo-se os “escândalos” BCP, BPN, BPP, BANIF e, em último lugar, o do grupo Espírito Santo. Falta dinheiro para manter os direitos dos trabalhadores e desenvolver a produção nacional mas não falta para “recapitalizar” os bancos. O Estado foi posto, novamente, ao serviço do grande capital.

Contrariamente ao que a propaganda do governo (veiculada pela comunicação social dominante) procura impor há alternativa a esta política que o PCP apresenta em seis eixos essenciais:

- 1. Renegociar a dívida, rompendo com o garrote que ela constitui ao desenvolvimento soberano de Portugal;*
- 2. Promover e valorizar a produção nacional e recuperar para o controlo público os sectores e empresas estratégicas, designadamente do sector financeiro;*
- 3. Valorizar os salários e rendimentos dos trabalhadores e do povo e assegurar o respeito pelos direitos;*
- 4. Defender os serviços públicos e as funções sociais do Estado, designadamente o direito à educação, à saúde e à protecção social;*
- 5. Adoptar uma política fiscal que desagrave a carga sobre os rendimentos dos trabalhadores e dos pequenos e médios empresários e tribute fortemente o rendimento do grande capital, os lucros e a especulação financeira;*
- 6. Rejeitar a submissão às imposições do Euro e da União Europeia recuperando para o País a sua soberania económica, orçamental e monetária.*

As lutas dos trabalhadores e das populações acabarão por determinar a necessária política alternativa Patriótica e de Esquerda.

## **2. O SECTOR DOS SEGUROS EM PORTUGAL**

### **Um feroz ataque aos direitos de quem trabalha e a entrega de um sector estratégico ao capital monopolista**

A realidade objectiva da concentração do sector segurador nas mãos do grande capital, subordina a sua actividade a um único objectivo: a obtenção do máximo lucro possível. Como consequência, **o sector perde a sua capacidade de influenciar decisivamente a economia de forma a proteger os interesses do povo e do país.**

Se a Revolução de Abril abriu as portas a vários reajustamentos na actividade seguradora, com o abandono destas empresas por parte dos seus proprietários e a sua gestão assumida pelo Estado, os sucessivos governos PS/PSD devolveram, em várias situações, as companhias aos seus anteriores proprietários, os mesmos grupos monopolistas que controlavam a economia no fascismo. Surgem as fusões, a concentração, com o argumento da necessidade das companhias ganharem dimensão e competitividade.

2014 fica marcado por duas grandes acções no sector segurador: a privatização da Fidelidade e a venda da Tranquilidade. Em comum, a transferência para o capital estrangeiro de importantes

activos da economia portuguesa. Estas duas companhias com aproximadamente 40% do mercado segurador português, são agora propriedade de fundos de investimento que assentam a sua estratégia em comprar barato, redimensionar a empresa (ou seja, despedir trabalhadores) e abandonar o negócio com o máximo de lucro possível.

Duas empresas de elevada rentabilidade: a Fidelidade apresentava anualmente lucros que revertiam para o Estado e a Tranquilidade, “*joia da coroa*” do grupo Espírito Santo, que suportou os negócios ruinosos de um grupo privado até à sua extinção.

O Sector Segurador é uma prova cabal do rasto de destruição a que política de direita conduziu e conduz o país. **Subordinação de um sector estratégico ao lucro, quando a actividade seguradora é um suporte imprescindível como agente de protecção da actividade económica** (como é o caso dos seguros de colheitas, dos grandes riscos industriais, seguros de transporte de mercadorias, entre tantas outras situações).

Essencialmente vocacionada para a protecção da economia produtiva, dos sectores primário e secundário, não é mera coincidência que o abandono deste sector estratégico tenha ocorrido em paralelo com a destruição do aparelho produtivo nacional. Perante este panorama, a necessidade de uma actividade seguradora forte que acompanhe uma aposta clara na dinamização da capacidade produtiva do país como eixo central de uma política patriótica e de esquerda, conduz à necessidade inequívoca da luta pela nacionalização da actividade seguradora.

No nosso sector conhecemos bem as consequências da política de direita. O patronato flexibilizou e individualizou as relações de trabalho, impôs avaliações de carácter falsamente meritocrático, dispensou trabalhadores, aumentou ritmos e horários de trabalho, recorreu ao trabalho precário: recibos verdes, contratos a prazo, trabalhadores subcontratados por empresas de trabalho temporário, estagiários. Como o patronato, fruto da resistência dos trabalhadores, não conseguiu liquidar a contratação colectiva, procura através destes procedimentos contornar a legislação, tentando que um cada vez maior número de trabalhadores não sejam considerados profissionais do sector.

Se a evolução tecnológica e a sua integração na organização do trabalho nas companhias poderia supor uma diminuição da carga horária, redução dos ritmos de trabalho, aumento dos salários de acordo com o aumento dos níveis de rentabilidade do sector, a verdade é que aconteceu precisamente o contrário, **provando a natureza predatória do capitalismo e as consequências da entrega deste sector ao grande capital.**

Aos trabalhadores é imposta uma profunda manipulação ideológica assente na “sorte de terem trabalho”, “colaboradores” do objectivo “comum” de elevar os níveis de rentabilidade da empresa. As companhias fazem propaganda da sua responsabilidade social, alimentando a caridade para benefício de instituições externas enquanto promovem práticas de terrorismo social aos seus trabalhadores. A ausência de discussão colectiva e de envolvimento dos trabalhadores na discussão dos problemas das empresas são parte deste projecto de reduzir homens e mulheres a meros executantes sem margem para questionamentos, de desenvolvimento de espírito crítico ou de sentimento de pertença de classe, em linha com o que é hoje o modelo da formação escolar obrigatória e superior.

## 2.1 A precarização do trabalho no Sector

A maior parte dos trabalhadores desconhece o processo de precarização das relações de trabalho no sector. Se a seguir ao 25 de Abril, em consequência da luta dos trabalhadores foram admitidos no quadro todos os trabalhadores sem vínculo permanente (incluindo alguns que já não se encontravam a trabalhar no sector), **as várias formas de precarização praticadas foram introduzidas e desenvolveram-se ao sabor da recuperação capitalista dirigida pelos partidos que têm governado o país, com a colaboração empenhada do sindicalismo por eles edificado.**

Uma parte considerável dos trabalhadores de seguros foi sujeita a um processo de proletarização com características próprias. **A precariedade tem que ser observada como fazendo parte de um processo para pôr em causa o direito ao trabalho** como ele está consagrado na Constituição da República e eixo central do aumento da exploração dos trabalhadores com vista à obtenção de maiores lucros e fragilização da sua luta.

A precariedade não caiu do céu. No momento em que se verifica um despudorado ataque ao movimento sindical de classe por parte do governo, é importante salientar que os trabalhadores de seguros conquistaram direitos sempre que reforçaram a sua unidade e reforçaram a sua organização. É exemplo disso, a melhoria das condições de vida através da contratação colectiva a partir de 1970 e sobretudo o que foi conquistado depois do 25 de Abril.

**Se Mário Soares ficou conhecido por ter fechado o socialismo na gaveta, no caso do trabalho precário pode dizer-se que abriu a gaveta para ele poder reviver.** No primeiro caso, asfixiou o socialismo; no segundo, ressuscitou o trabalho precário. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 781/76, de 28 de Outubro, reiniciava-se a possibilidade de admissão de trabalhadores com contratos a prazo.

Na frente sindical em 1975, uma lista afecta ao Partido Socialista, que agregava membros do MRPP, da AOC e da UDP, vence as eleições e logo na primeira revisão contratual, em 1977, consagra a legislação aprovada pelo Governo PS/Soares, abrindo a possibilidade de trabalho temporário no sector e em 1979 dilata o período máximo de vigência dos contratos.

Estava aberto o caminho para o aprofundamento da precarização dos vínculos laborais no Sector. Um caminho apontado como “moderno”, mas que na realidade significava o regressar, em termos de relações laborais, ao fascismo.

**O processo de destruição dos direitos laborais conduzido de seguida pelos sucessivos governos PS/PSD (com ou sem CDS) criou as condições para que hoje, existam milhares de trabalhadores de seguros – são de seguros porque exercem funções que pertencem e são indispensáveis à actividade seguradora - que não são considerados como tal, não sendo abrangidos pela contratação colectiva.** Através do outsourcing ou contratação através de empresas de trabalho temporário, foram delegadas, parcial ou totalmente, muitas funções como a informática, limpeza, segurança, peritagens, comerciais, profissões operárias, saúde, digitalização de documentos, entre outras. O mesmo aconteceu em delegações e balcões convertidos em regime de franchising.

Elemento central deste processo foi o desmembramento das companhias em várias empresas subsidiárias (pertencentes ao mesmo grupo) e o recurso cada vez maior a empresas de trabalho temporário para garantir serviços necessários ao regular funcionamento das seguradoras - serviços de assistência, apoio ao cliente, gestão de sinistros, entre outras.

Empresas que fomentam vínculos altamente precários, que chegam a ser mensais, à hora ou à peça com renovações automáticas, sem especificar a empresa seguradora para quem o trabalhador prestará de facto serviço. Vínculos que institucionalizam aberrações como o caso de um trabalhador que apesar de efectivo na empresa de trabalho temporário é despedido (por extinção de posto de trabalho ou no seguimento de cláusulas que antecipem esta possibilidade) porque a companhia seguradora deixa de recorrer à prestação de serviços da sua entidade patronal legal.

Aos trabalhadores é bloqueada a progressão na carreira e a passagem aos quadros da companhia raramente ocorre. Afastados geograficamente dos trabalhadores dos quadros das companhias, onde as estruturas unitárias dos trabalhadores se encontram e onde o sentimento de pertença de classe é maior, o trabalhador é incitado (para aspirar a manter o seu posto de trabalho) a digladiar-se com os seus colegas para obter “elevados níveis produtividade”.

Criaram-se condições objectivas e subjectivas para impor o prolongamento do horário de trabalho, aumentar os ritmos de trabalho, recorrer ao trabalho no domicílio, baixos salários, negação de direitos conquistados ao longo de décadas pelos trabalhadores do sector.

Exemplos claros desta situação são as diversas empresas de trabalho temporário com locais de trabalho dedicados exclusivamente para servir determinada companhia ou empresas telefónicas que, na própria sede, não possuem trabalhadores nos quadros, recorrendo a mão de obra contratada a outras empresas de trabalho temporário, como na Logo e a Directo T (Tranquilidade), a Via Directa / OK Teleseguro (Fidelidade) ou a Seguro Directo (AXA), entre outras.

## **2.2 A propaganda da APS e a realidade das Companhias de Seguros**

Na sua avaliação ao panorama do mercado segurador, a associação patronal do sector (APS - Associação Portuguesa de Seguradores) apresenta-se como fiel reproduzidor da propaganda do governo, embora reconheça que em 2013 “a produção de seguro direto apresentou valores muito próximos dos observados em 2006 e cerca de 20% abaixo dos montantes registados em 2010, ano que antecedeu o agudizar da crise da dívida soberana europeia.”

**E faz uma clara aposta na destruição das funções sociais do Estado**, apregoando a necessidade das famílias pouparem e investirem, para ficarem protegidas na velhice e no desemprego, pois os subsídios da segurança social encurtam nos valores e duração. Podemos concluir que além de impor uma prática de baixos salários, as principais companhias ainda querem receber de volta, uma parte do salário convertido em poupança.

Nessa lógica insere-se a criação da Pensão Individual de Reforma no CCT de 2012 (UGT), alargando o negócio das próprias companhias. Esta dita forma de protecção visa substituir a

Segurança Social, transformando uma função social de Estado numa fonte de lucro privado que se reforça mensalmente com parte do salário de cada trabalhador. Os trabalhadores deixaram também de receber a pensão complementar em numerário, passando a ter uma conta virtual, sem garantias fiáveis dados os sucessivos desfalques dados no sector financeiro. **Os sindicatos da UGT estão na linha da frente na concretização de um objectivo de longa data do grande capital, a destruição da Segurança Social.**

Apesar da insistente propaganda governamental, são notórios os efeitos da recessão económica no sector. O ramo Vida, agora dito Ligado e Não Ligado (a Fundos de Investimentos), e o Ramo Doença aumentam em consequência da política de desmantelamento dos serviços públicos de segurança social e saúde, beneficiando de um sentimento de insegurança quanto ao futuro por parte de camadas sociais que mantêm algum poder de compra e capacidade de poupança.

Por outro lado, a generalidade dos ramos reais, sobretudo o de Acidentes de Trabalho, sofre uma diminuição por causa do encerramento de empresas, despedimentos e diminuição de salários. O Ramo Vida poderá estar a beneficiar do descrédito do sistema de poupança bancário.

Como consequência do referido no ponto anterior, a APS não inclui nos seus balanços os trabalhadores que, na prática, não reconhece como trabalhadores de seguros. Nos últimos anos esta farsa atingiu proporções de enorme dimensão. No seu “Panorama do Mercado Segurador 13/14” regista a existência de 11 037 profissionais dos seguros com 7 511 (68%) no distrito de Lisboa, mas por exemplo, o número de trabalhadores do distrito de Évora que a APS considera como profissionais de seguros é de 120, quando só o call-center do antigo grupo Caixa tem cerca de 500.

Só esta diferença impõe sérias reservas às estatísticas a que temos acesso.

É sintomático o facto de a faixa etária até aos 27 anos corresponder a apenas 3,2% de trabalhadores, uma vez que a quase totalidade dos jovens que começa a trabalhar no sector não é considerado profissional dos seguros.

De realçar para um correcto enquadramento das estatísticas oficiais, que as companhias têm também vindo a encerrar balcões de atendimento ao público apostando cada vez na intermediação dos mediadores (muitas vezes antigos trabalhadores das companhias) que recebem à comissão, responsabilizando-os pelo atendimento presencial ao cliente, emissão de apólices, pagamento de prémios, entre outros. Como consequência, surge uma maior pressão concorrencial entre mediadores, que as companhias aproveitam para baixar as suas comissões e mais uma vez tarefas que eram desempenhadas por quadros das seguradoras são externalizadas.

Só esta diferença impõe sérias reservas às estatísticas a que temos acesso.

### **2.3 O Movimento Sindical e o Sector dos Seguros**

Os ataques aos direitos dos trabalhadores patrocinados pelos sucessivos governos e agravados substancialmente pela actual maioria PSD/CDS só têm sido possíveis com a colaboração

cúmplice da UGT nas constantes revisões da legislação laboral, às quais o SINAPSA vem dando combate nos últimos anos, justificando o aumento do seu prestígio e influência.

Em consequência do crescente esclarecimento dos trabalhadores sobre o posicionamento da UGT, os sócios do SINAPSA votaram de forma esmagadora em 2009, em Assembleia Geral, a desfiliação daquela central. Um acontecimento histórico. Há cerca de 2 anos, o SINAPSA estabeleceu um Protocolo de colaboração com a CGTP-IN, por iniciativa da central, com vista a uma acção comum na defesa dos interesses dos trabalhadores.

A intervenção do SINAPSA assume enorme importância sabendo que se trata de um sector em que dois sindicatos filiados na UGT colaboram de forma estreita com o patronato e procuram incutir na classe o reformismo sindical. A ilustrá-lo está o exemplo das negociações do CCT em 2010 que contemplavam apenas ligeiras alterações ao clausulado, mantendo o essencial dos direitos, mas que foi inviabilizada pelos sindicatos da UGT no dia da assinatura do contrato por já não se reverem naquele e pretenderem um mais “moderno”.

Numa acção de esclarecimento de enorme importância, o SINAPSA realizou plenários em todas as seguradoras, foram colocados panos, distribuíram-se milhares de documentos dentro e à porta das empresas. Já este ano voltaram a colocar-se panos e fizeram-se acções de contacto à porta das maiores companhias com carro de som.

Neste combate tem sido determinante a luta e a resistência dos trabalhadores que continuam a reclamar os seus direitos inscritos no CCT de 2008, os quais, depois de recusados pelas entidades patronais, são encaminhados para a respectiva ACT (Autoridade para as Condições no Trabalho).

Apesar dos pareceres favoráveis aos interesses dos trabalhadores por parte da DGERT (Direcção-Geral do Emprego e Relações no Trabalho) e da Inspeção do Trabalho, do reconhecimento da validade do CCT em primeira instância em resultado do processo movido pela APS, as companhias continuam a não reconhecer a validade do CCT 2008, à excepção da Mútua dos Pescadores, da MACIF e da AXA (embora esta não cumpra cláusulas relativas ao Fundo de Pensões).

**Só com a intensificação da luta nos locais de trabalho será possível pressionar e manter os trabalhadores motivados e unidos em torno dos seus direitos contratuais inscritos no CCT de 2008.**

Num momento em que a correlação de forças é favorável ao patronato e em que este exerce uma enorme pressão nas empresas para os trabalhadores mudarem de contrato, o SINAPSA perdeu muitos sócios, embora seja de salientar que alguns já se tenham inscrito novamente.

A definição de empresas prioritárias para a acção sindical, contemplando empresas de assistência e as seguradoras telefónicas, locais onde são maiores os factores de exploração e a precariedade, permitiu após 2 anos de intervenção continuada, a obtenção de resultados muito positivos para o alargamento da influência sindical e esclarecimento dos trabalhadores. O trabalho sindical envolve mais empresas, mais ligações e conhece melhor a realidade dos locais de trabalho.

Apesar do trabalho desenvolvido que importa valorizar, salientamos a ausência de luta concretas nos locais de trabalho por aumentos salariais, contrastando com o aumento dos lucros que em igual período ultrapassou os 1.667 milhões de euros, que reflete também as dificuldades do Partido em alargar a sua influência. O congelamento da Tabela Salarial, desde 1 de Janeiro de 2010 tem diminuído o salário real dos trabalhadores, agravando de forma brutal a injusta repartição dos ganhos de produtividade na actividade seguradora.

A disposição do SINAPSA em reforçar a luta nas empresas pela manutenção dos seus direitos e em simultâneo reforçar a ligação, através da tomada posições comuns, com o movimento sindical unitário, colocam a todos os comunistas a exigência de ter como uma das tarefas prioritárias o reforço deste movimento sindical, que pela sua história e intervenção diária demonstra estar ao lado dos trabalhadores na luta por uma vida mais digna, uma sociedade mais justa e fraterna, vencendo no nosso sector a opressão que reina na generalidade das seguradoras.

O reforço da actividade sindical no sector dependerá da capacidade de organização e da participação dos trabalhadores de seguros, nomeadamente das camadas mais jovens, nas empresas, no sindicato, na dinamização dos delegados sindicais e do papel indispensável dos comunistas.

### **2.3.1 O papel dos sindicatos da UGT na destruição dos direitos dos trabalhadores**

O sindicalismo colaboracionista, sob a bandeira da UGT, preponderante em sectores de serviços como a banca e os seguros, tem condicionado a actividade sindical e dificultado a participação e a organização dos trabalhadores.

A UGT, como organização de sindicatos que exprime os interesses de classe dos partidos que a criaram (PS/PSD/CDS-PP), deu cobertura, como foi notório ao longo da sua existência, à recomposição dos grandes interesses económicos, à destruição da contratação colectiva, à perda de direitos dos trabalhadores, à precarização do trabalho.

**A propaganda sobre a procura de consensos, fazendo crer que se diferencia por uma metodologia mais dialogante, em contraste com um sindicalismo participativo e de classe que organiza os trabalhadores e lhes dá voz para adoptarem as formas de luta necessárias em cada momento, faz parte de uma encenação com vista a dissimular a colaboração com o patronato.**

Esses sindicatos nunca permitem que os trabalhadores debatam os seus problemas e os resolvam segundo as suas próprias decisões, e assumem-se representantes dos interesses dos trabalhadores apenas para poderem actuar junto do poder político e económico. Nos seguros, esse sindicalismo, através de áreas do negócio da formação profissional, depende de ligações ao patronato o que, só por si, pode explicar a facilidade com que entrega os direitos dos trabalhadores.

Citando apenas dois exemplos recentes, no processo de revisão salarial de 2006, o então secretário-geral da UGT apoiou expressamente os outros sindicatos e desconsiderou a luta do SINAPSA por um aumento superior ao proposto pelo patronato. O patronato foi obrigado a aumentar a percentagem proposta. As duas seguradoras que, de início declararam não aumentar os associados do SINAPSA, foram desmascaradas e obrigadas a recuar.

**Em 2012, os sindicatos da UGT festejaram com o patronato a celebração da assinatura de um CCT cujos direitos que contempla são os das companhias, oferecendo de bandeja a eliminação dos direitos mais significativos**, patrocinando com as administrações a maior operação de chantagem e coacção jamais realizada no sector. A partir da mentira de que o CCT de 2008 estava caducado, obrigaram os trabalhadores a aderir ao contrato dos patrões por 500 euros, num negócio que vai render às seguradoras 40 milhões de euros por ano.

O CCT 2012 visa a consolidação de um processo de fragmentação do trabalho na actividade seguradora com repercussões nas condições profissionais e de vida dos trabalhadores de seguros e na forma como se organizam em defesa dos seus interesses. Além de retirar direitos adquiridos, este contrato manipula os conceitos de produtividade e da competitividade nos padrões da ideologia dominante, para incutir a aceitação de formas de exploração em que o trabalho é precarizado, o tempo de trabalho aumenta e o salário real diminui.

Fixa a “avaliação de desempenho”, animada por critérios subjectivos, que promove a rivalidade entre os trabalhadores e individualiza as relações de trabalho. Divide os trabalhadores por “grupos profissionais” a que correspondem “bandas salariais”, sem expectativa de mobilidade e de carreira profissional, com as promoções obrigatórias a serem praticamente eliminadas.

Como referido no ponto anterior, para mascarar a eliminação das Pensões Complementares de Reforma, criou um Plano Individual de Reforma, uma conta virtual construída à medida do projecto de plafonamento, caro ao grande capital, que tem sido defendido pelo PS, PSD e CDS, para substituir por asfixia a segurança social pública.

Se a fragmentação cria dificuldades à unidade dos trabalhadores e à solidariedade de classe, criando artificiais obstáculos ao desenvolvimento de lutas a favor dos interesses comuns, o esclarecimento sobre os efeitos do CCT de 2012, em paralelo com a defesa do CCT de 2008, são elementos centrais na mobilização para luta em defesa dos legítimos interesses dos trabalhadores de seguros.

### **2.3.2 Os comunistas e a intervenção sindical**

A história de luta dos trabalhadores dos Seguros prova que a unidade e luta em torno de problemas concretos do sector são o elemento decisivo na conquista de direitos. Os comunistas desempenharam e desempenham um papel indispensável neste processo. Um papel que é fundamental recordar.

No fascismo, os comunistas cumprindo a orientação geral do Partido integraram a actividade dos sindicatos fascistas, onde se encontravam todos os trabalhadores. Ao seu lado promoveram a unidade da classe, lutaram por contratos colectivos para melhorar a sua vida pessoal e profissional, por aumentos salariais, por melhores condições na doença.

A importância da acção do Partido é facilmente compreendida ao constatarmos que foram os comunistas o principal alvo da polícia política (PIDE). Muitos sindicalistas foram então presos, entre os quais um presidente do sindicato em exercício. Os camaradas Manuel Pedro, em Lisboa, e Rogério de Carvalho, no Porto, que foram membros do Comité Central do PCP, decidiram ingressar numa forma superior de luta, a luta clandestina, e por isso sofreram longos anos de prisão, isolamento, torturas.

Com a Revolução de Abril, os comunistas reforçam a sua participação na direcção sindical, discutem um novo Contrato Colectivo de Trabalho com efectivas melhorias nas condições dos trabalhadores. Elabora-se o Relatório de Emergência Económica sobre a situação do sector com destaque para a concentração monopolista e os trabalhadores em Assembleias-Gerais, em Lisboa e no Porto, exigem a nacionalização dos seguros que se verificará em 15 de Março de 1975.

A história sindical dos Seguros tem atravessado desde então diferentes momentos como abordámos nos pontos anteriores. Na actualidade realçamos o empenho do Partido no reforço da luta dos trabalhadores pela defesa dos seus direitos, nomeadamente pela manutenção em vigor do CCT de 2008, contra a precariedade e pelo aumento dos salários.

Destacamos a luta dos trabalhadores da CARES, que se desenrolou num contexto diferente das lutas anteriores.

Uma luta exemplar em que trabalhadores jovens e recentemente sindicalizados, face à intransigência da entidade patronal, resolvem, com o apoio do sindicato, fazer uma greve parcial nos dias 3 e 6 de Agosto de 2012 paralisando 4 turnos de trabalho. Foi a primeira greve que não abrangeu todo o sector ou uma companhia de Seguros tradicional. Uma greve desencadeada depois das transformações na organização das grandes seguradoras, motivada pela deslocalização do trabalho para outro local do país (Évora), a que os trabalhadores, responderam com unidade e firmeza. Os comunistas participaram na preparação da greve, como antes haviam participado na sindicalização dos trabalhadores, na organização das eleições dos Delegados Sindicais do SINAPSA, e da sua ligação ao sindicato, e da Comissão de Trabalhadores, assim como nas várias reuniões na empresa e nas muitas reivindicações em defesa dos interesses dos trabalhadores.

São os problemas concretos de cada companhia o elemento central da unidade dos trabalhadores. É responsabilidade dos militantes comunistas serem o motor da actividade sindical, do esclarecimento, da transmissão de confiança na capacidade de transformação de quem trabalha, da importância da sindicalização.

O militante comunista, integrado na discussão colectiva, deve assumir nas suas mãos a tarefa prioritária de no seu local de trabalho, promover o reforço do movimento sindical, sabendo que a luta dos trabalhadores, a luta de massas, é o verdadeiro motor de transformação da sociedade.

## **2.4 Comissões de Trabalhadores**

Actualmente o Sector conta com a existência de 6 CT's de âmbito nacional: a Tranquilidade, Fidelidade, Cares, Macif, Açoreana e Axa, que constituem realidades muito diversas.

Importa no fundamental, que o colectivo partidário assuma a responsabilidade de responder às exigências do presente, contribuindo de forma decisiva para que as CT's correspondam às necessidades que conduziram à sua criação, a defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores.

As CT's e a sua interligação ao movimento sindical são eixos estruturantes da unidade da classe, no esclarecimento dos trabalhadores, como aconteceu, por exemplo, em resposta ao anúncio da venda da Tranquilidade ou no apelo à unidade e à luta na Cares em Agosto de 2012.

Sabendo que o patronato encara as CT's como uma ferramenta para travar a luta, fomentando a eleição de comissões que sirvam os seus interesses, o acompanhamento da acção das CT's, dos processos eleitorais que se avizinham com a criação de convergência com outros democratas e patriotas, devem ser parte integrante dos planos de trabalho das organizações.

Especial atenção para os locais de trabalho, onde fruto da acção continuada do SINAPSA, existem trabalhadores conscientes da necessidade de reforçar a unidade dos trabalhadores, como exemplificar as empresas de assistência, nomeadamente, a Europ Assistance.

### **3. O SECTOR DE SEGUROS E A NACIONALIZAÇÃO DOS SECTORES ESTRATÉGICOS COMO PROPOSTA CENTRAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS**

*“II-2º. Um desenvolvimento económico assente numa economia mista, dinâmica, liberta do domínio dos monopólios, ao serviço do povo e do país.*

*II-2º.3. Um Sector Empresarial do Estado – empresas nacionalizadas, públicas, de capitais públicos e participadas – dinâmico, integrado e eficiente, abrangendo designadamente a banca e seguros e outros sectores básicos e estratégicos da economia...” do Programa do PCP*

Os mais recentes acontecimentos na banca (BPP, BPN, BCP, BANIF e BES) vieram despertar, ainda mais, a necessidade e urgência de um profundo debate na sociedade portuguesa, visando outro enquadramento do setor financeiro - onde se inclui a banca, seguros e fundos de pensões - que lhe permita contribuir efetivamente para o desenvolvimento do país e proporcionar uma melhor distribuição da riqueza.

Não se trata, obviamente, de matéria nova, porque, recordamos, logo no **Programa do M.F.A.** se afirmava:

*“B-6 - O Governo Provisório lançará os fundamentos de: a) Uma nova política económica, posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma estratégia antimonopolista;”*

E a **Constituição da República Portuguesa**, mesmo após a 8ª. revisão (Lei nº. 1/2005, de 12/8), que mereceu a aprovação de várias bancadas parlamentares, responsabilizando assim diversos partidos, continua a referir, no seu artigo Artº. 80º:

*“A organização económico-social assenta nos seguintes princípios:*

*a) Subordinação do poder económico ao poder político democrático;*

*b) Coexistência do sector público, do sector privado e do sector cooperativo e social de*

*propriedade dos meios de produção;*

*d) Propriedade pública dos recursos naturais e de meios de produção, de acordo com o interesse colectivo;*

*e no artigo 101º., “O sistema financeiro é estruturado por lei, de modo a garantir a formação, a captação e a segurança das poupanças, bem como a aplicação dos meios financeiros necessários ao desenvolvimento económico e social.”*

O setor financeiro, antes do 25 de Abril, estava completamente enfeudado aos grupos económicos que dominavam Portugal.

Foi no rescaldo da fuga de capitais para o estrangeiro e de outras graves irregularidades detetadas, prontamente denunciadas pelos sindicatos, apoiados pelos trabalhadores, e ainda na sequência do derrotado golpe de 11 de março, que o governo provisório liderado por Vasco Gonçalves procedeu à nacionalização do capital português (com exceção das mútuas de seguros) da banca comercial (DL 132-a/75, de 14/3) – porque, entretanto, os bancos emissores já tinham sido transferidos para a tutela do Estado - e dos seguros (DL 135-a/75, de 15/3), entendida como medida indispensável para cumprir o objetivo de construir um país independente, numa democracia avançada e suportada por uma economia desenvolvida.

Na sequência desse ato patriótico, foi imediatamente criada a CCRIS-Comissão de Coordenação e Reestruturação da Indústria Seguradora, entidade que muito contribuiu para estabilizar, modernizar e colocar o setor ao serviço dos interesses nacionais, onde se incluem também os consumidores, os trabalhadores e os mediadores de seguros.

A operação política que constituiu a adesão de Portugal à então CEE-Comunidade Económica Europeia, em 1 de janeiro de 1986, como peça fulcral para apressar e sedimentar a recuperação capitalista, então em curso; que após diversas transformações tendentes a aprofundar o seu carácter vincadamente mercantilista ao serviço dos grandes grupos económicos, federalista, militarista e defensora da dependência dos países mais pequenos relativamente às maiores potências, se designa agora por UE-União Europeia; teve, entre outras consequências, a reprivatização do setor financeiro, a favor do grande capital.

### **3.1 Vantagens estratégicas da Nacionalização do Sector Segurador**

Nem seriam necessários os escândalos que se vêm multiplicando na banca – resultando em grandes prejuízos que recaem sobre o erário público - para se perceber a justeza das propostas do PCP - em linha, aliás, como se comprova acima, com o ordenamento jurídico português - relativamente à premência da nacionalização das áreas estratégicas da economia, onde se inclui o setor financeiro.

No caso dos seguros e numa visão estritamente económica, basta referir, como exemplo, que **em 2013 os resultados líquidos do setor totalizaram 670 milhões de euros**, verba que o Estado poderia colocar ao serviço do povo e do país, ao invés de reverterem, numa parcela significativa, para o grande capital nacional e estrangeiro.

Isto sem esquecer que simultaneamente seria garantida a propriedade dessas empresas (porque o dinheiro da sua alienação, por vezes a preços de saldo, gasta-se, infelizmente nos últimos anos, sobretudo para pagar juros, parte deles resultantes de uma parcela da dívida manifestamente indevida).

Para além disso, a **atividade seguradora** contribui com uma fortíssima **quota para o PIB (Produto Interno Bruto), próxima dos 10%**, sendo também o **maior investidor institucional**, qualidades que a posse privada das empresas, obedecendo a outros interesses, não pode garantir.

De facto, é difícil imaginar que os novos proprietários estrangeiros da Fidelidade e da Tranquilidade estejam especialmente preocupados com o contributo dessas empresas para o equilíbrio das contas públicas portuguesas e desenvolvimento do país.

Muito provavelmente, numa gestão com maiores preocupações de planificação e menos focada nos lucros, seria possível uma política de tarifação e de regularização de sinistros mais conforme os interesses dos consumidores.

Questão central é, como já referido neste documento, o papel essencial que a actividade seguradora deve prestar à protecção da actividade económica, nomeadamente, os sectores produtivos.

Igualmente sairiam beneficiados os pequenos e médios mediadores, que atualmente se confrontam com uma disputa de mercado desregrada, onde a redução das suas margens surge como uma importante panaceia do controlo de custos pelas seguradoras.

Os trabalhadores de seguros, vítimas do poder despótico e rentista do grande patronato – em estreita colaboração com os sindicatos reformistas e apoiado nos sucessivos governos de direita -, poderiam recuperar as liberdades, os direitos e os rendimentos perdidos nos últimos anos.

Finalmente, o povo português, no seu conjunto, teria fortes razões para se regozijar, na medida em que se trata de riqueza nacional que poderia incrementar a independência e o desenvolvimento do País.

Contudo, não tenhamos ilusões: a nacionalização, por si só - como aliás o confirma o período que antecedeu a reprivatização das empresas públicas, onde se nomearam gestores cuja missão principal consistia na preparação das condições visando novamente a entrega dos seguradores aos grupos económicos - é um passo importante, mas não resolve completamente o problema.

**Daí que o PCP enquadre a nacionalização dos setores estratégicos, a luta pela nacionalização dos seguros, do setor financeiro no seu conjunto e dos restantes setores estratégicos da economia portuguesa, com o combate por uma alternativa patriótica e de esquerda, que na etapa atual passa pela demissão do Governo PSD/CDS e convocação de eleições antecipadas.**

## **4. REFORÇO DO PARTIDO, COMO CONDIÇÃO INDISPENSÁVEL PARA REFORÇAR A LUTA DOS TRABALHADORES DOS SEGUROS**

### **4.1 Caracterização do Sector**

O Sector dos Seguros da Organização Regional de Lisboa conta com 130 camaradas e camaradas sem ficha actualizada. À data da realização da Assembleia da Organização 64 fichas do Partido foram actualizadas no seguimento da campanha de entrega do novo cartão do militante do Partido. Destacamos que na sequência desta campanha de contactos foi criado o colectivo da Assistência e vários camaradas foram responsabilizados com tarefas concretas.

**A composição do Sector, com uma elevada percentagem de camaradas reformados, justifica uma séria reflexão no colectivo partidário, exigindo a tomada de medidas concretas no sentido de integrar os mais jovens no trabalho do Partido, dar-lhes tarefas concretas, promovendo a formação de quadros e o rejuvenescimento do Organismo de Direcção.**

Podemos considerar objectivamente que a progressiva passagem de militantes do Partido para a reforma ou pré-reforma não foi acompanhada a nível de recrutamento pelo rejuvenescimento do colectivo, o que implica que uma parte considerável do Sector não se encontra nos locais de trabalho, dificultando a tarefa de reforço da luta dos trabalhadores.

Sendo extremamente positivo o planeamento e realização de inúmeras iniciativas que permitem manter um contacto efectivo com os camaradas reformados, importa debater de que forma podemos dentro das empresas elevar o trabalho de esclarecimento dos trabalhadores, de reforço do SINAPSA e do Partido.

**O recrutamento de novos militantes e a sua integração no Partido deve constituir-se como tarefa prioritária de todos os camaradas,** e em especial, dos camaradas no activo. Existem grandes potencialidades, jovens e menos jovens que se sindicalizam, que são eleitos pelos seus colegas para delegados sindicais, demonstrando no dia a dia estarem disponíveis para ser parte integrante na luta em defesa dos direitos de quem trabalha.

**Apesar de organicamente existirem Células, na prática, não há trabalho colectivo, não reúnem, não discutem e por isso não criam condições para o reforço do Partido. É fundamental inverter esta situação.**

Durante o presente ano foram criados dois colectivos, dos mediadores (com a transferência de uma camarada do seu local de residência para o Sector e um recrutamento) e de trabalhadores de empresas de assistência, que pela baixa média etária dos camaradas que a integram e aos vínculos precários que os ligam ao Sector no caso da assistência, merecem particular atenção na sua formação enquanto quadros do Partido.

Neste último caso, existem reuniões periódicas e foi criado um boletim do colectivo de forma denunciar os problemas específicos desta área do sector.

#### **4.2 Trabalho de Fundos**

As questões financeiras devem ser entendidas como uma tarefa de grande importância para todos os militantes do Partido. Do seu empenhamento e da recomposição do colectivo que acompanha esta frente de trabalho resultará certamente uma compreensão mais alargada por parte do colectivo das exigências financeiras que se impõe ao Partido e que esta tomada de consciência chegue a um número cada vez maior de trabalhadores.

É indispensável o cumprimento das metas discutidas e aprovadas, procurando criar nos camaradas a responsabilidade militante do pagamento mensal da quotização, a sua participação nas campanhas de fundos e iniciativas.

Destacamos ainda, que as despesas decorrentes da atividade do Partido de suporte à realização de iniciativas, envio de correspondência ou consumíveis, entre outras, são geralmente suportadas pelas contribuições dos camaradas do sector.

Até ao momento, dos 130 militantes da organização, 46 pagaram pelo menos uma quota em 2014, ou seja, 35,3%. Acresce que analisando o valor das quotas de todos os camaradas, constata-se que cerca de 1/3 tem um valor inferior a 3€. A independência ideológica do Partido, a sua autonomia organizativa e de acção está intimamente ligada à sua independência financeira. Com os dados conhecidos urge nos objectivos de trabalho, considerar como tarefa prioritária a regularização e aumento da quotização.

#### **4.2.1 Campanha Nacional de Fundos para a aquisição do terreno da Quinta do Cabo**

Na Abertura da 38ª edição da Festa do Avante, o camarada Jerónimo de Sousa anunciou a concretização de uma aspiração que se alimentou desde a altura da aquisição da Quinta da Atalaia: o alargamento do terreno da Festa. A Quinta do Cabo permitirá uma ainda maior valorização da Festa, o seu alargamento, o encontrar de melhores soluções para a reformulação dos seus espaços e enriquecimento dos seus conteúdos, para a melhoria da sua preparação, funcionamento e acolhimento dos visitantes.

A campanha nacional de fundos que se iniciou no passado dia 4 de Outubro garantirá que este investimento do Partido será realizado sem favores do Estado, sem recurso à banca ou de qualquer grupo económico.

**Até Março de 2016, mês de encerramento da campanha não haverá as habituais campanhas de dia de salário (férias e natal), nem campanha de fundos para as Legislativas de 2015, o que se exige da nossa organização a recolha de contributos e realização de iniciativas num total de receita de no mínimo 7 500€.**

A necessária concretização e ultrapassagem deste valor será um contributo indispensável que os militantes comunistas e seus amigos do Sector dos Seguros darão à Festa do Avante! que tanto nos orgulha.

#### **4.3 A propaganda e o papel do Partido no esclarecimento dos trabalhadores**

A dominação, por parte do grande capital, dos meios de Comunicação Social é uma dificuldade objectiva que impõe uma atenção particular das nossas organizações para a afirmação junto dos trabalhadores da política alternativa que o Partido propõe, na intensa batalha ideológica que vivemos.

O sector de Seguros da ORL do PCP, levando à prática as principais linhas de orientação relacionadas com esta frente de trabalho, tem desenvolvido várias acções de contacto com os trabalhadores de seguros, com distribuição de documentos à porta das principais seguradoras, sejam eles documentos centrais ou de produção própria, como foi o caso da campanha eleitoral para as europeias onde, além de termos designado um mandatário do Sector,

produzimos documentos onde foi abordada a ligação daquelas eleições e o sector segurador/financeiro.

Na actual conjuntura política e social, com alterações profundas a acontecer no sector, devemos aprofundar o trabalho de “agitprop”, na medida das nossas possibilidades, mantendo e reforçando a produção de documentos próprios, especialmente por Célula, utilizando, para tal, todos os meios disponíveis (produção e distribuição de comunicados, utilização da Internet, notas à Comunicação Social, SMS, etc.).

De referir ainda, que no plano da produção própria de documentos, em 2014 regressámos ao modelo de boletim do Sector periódico (trimestral), e antes e após as eleições para a Parlamento Europeu, foram abordados temas cadentes da altura, as eleições, a Festa do Avante! e temas específicos do sector. A distribuição à porta das principais Companhias foi frutuosa tendo o boletim tido uma muito boa aceitação por parte dos trabalhadores.

#### **4.4 Jornal Avante!**

A análise feita em 2006 em relação à distribuição do Avante! agravou-se. Quais as razões? A reforma de um número significativo de camaradas e amigos que compravam o Avante e o Militante fez reduzir a venda para os números actuais: 12 Avantes e 12 Militantes.

A leitura e o estudo dos materiais do Partido, nomeadamente o Avante e o Militante contribuem para uma preparação adequada dos nossos militantes, indispensável para a sua acção de intervenção e esclarecimento.

É fundamental no trabalho diário de contacto com os camaradas e restantes trabalhadores alertar para a importância da leitura da imprensa partidária, reconhecendo que a concentração da comunicação social nas mãos do grande capital é um factor de grande importância no que toca à manipulação ideológica, fomento do desânimo, apatia e promoção de falsas alternativas.

#### **4.5 Balanço do trabalho da Célula de Reformados**

O número de militantes na situação de reforma e pré-reforma, perfaz cerca de 43% da organização, segundo o último balanço de organização (2013).

No seguimento do que foi aprovado na VIII Assembleia da Organização, foi criada a Célula dos Reformados para onde foram transferidos os membros do Partido nesta condição, com excepção dos membros da célula da Tranquilidade, que optou por os manter na célula com o compromisso desta situação se alterar progressivamente.

**É na célula dos reformados que o Sector tem encontrado apoio para muitas das tarefas que se nos são colocadas.** Desta Célula saíram quadros de direcção para organizações unitárias, por exemplo a CNOD, MURPI e AAPC, quadros importantes que vieram diminuir a nossa capacidade de resposta ao trabalho que nos é solicitado diariamente.

À semelhança de outras organizações, pelas suas características, existem dificuldades acrescidas para reunir e até cumprir algumas tarefas. O núcleo activo desta célula é constituído por 6 a 7 camaradas, com mais de 64 anos de idade. A baixa participação dos membros desta célula deve-se, essencialmente, a dificuldades financeiras (moram fora de Lisboa e os

transportes são caros) e à tarefa que hoje muitos têm de tomar conta dos netos, bem como a ajuda financeira que dão aos filhos.

Apesar destes contratemplos, ainda são os membros desta célula que respondem por muitas das tarefas que nos são requeridas, nomeadamente, na distribuição regular de documentos à porta das empresas. Todavia, há que melhorar significativamente a direcção da célula, e inovar a nossa forma de trabalhar, trazendo os camaradas mais afastados que carecem de informação e debate dentro do nosso Partido.

#### **4.6 O reforço da estrutura do Partido nas empresas**

A estruturação orgânica do Sector em diferentes células não é acompanhada pelo seu real funcionamento. Podemos considerar que para lá do Organismo de Direcção é raro uma célula desenvolver trabalho próprio.

Urge criar soluções que permitam ultrapassar as dificuldades objectivas para o reforço de organização. Diferentes horários, dificuldades de conciliação com a vida pessoal, entre outras, são aspectos que podemos considerar que não serão alterados a curto/médio prazo.

**O que importa é (conhecendo as dificuldades) encontrar soluções criativas para as ultrapassar, quebrando rotinas, esclarecendo os camaradas da importância das reuniões regulares, do trabalho de propaganda específico para cada local de trabalho e de um esforço de recrutamento direccionado para os trabalhadores que mais se destacam em cada local de trabalho na luta em defesa dos direitos de quem trabalha.**

Questão de particular importância consiste em, a partir do Organismo de Direcção a ser eleito, dos camaradas com maiores responsabilidades, contactar um a um os camaradas no activo para garantir condições para a sua participação efectiva nas reuniões de célula, que devem inequivocamente começar a ter uma periodicidade regular. Caso contrário, não existe discussão colectiva, não existe planeamento de trabalho, a célula não existe enquanto ferramenta do Partido para elevar a um outro patamar a luta dos trabalhadores.

**Cada militante comunista deve avaliar de que forma pode assumir no seu posto de trabalho o contacto e esclarecimento com os seus colegas, ser um agente da divulgação das propostas do Partido e das posições do Sector.**

A VII Assembleia da Organização Regional de Lisboa, bem como o XIX Congresso do Partido, estabeleceram como objectivo prioritário o reforço do trabalho do Partido junto das empresas e locais de trabalho. Citando a Resolução Política da VII Assembleia da Organização Regional de Lisboa (ponto 3.1.1) é fundamental perceber que *“É na empresa que os trabalhadores se confrontam com a contradição fundamental do capitalismo – a natureza social da produção e a propriedade privada dos meios de produção. O desenvolvimento da luta económica tem um papel fundamental no aumento da consciência política dos trabalhadores que assim compreenderão que só a luta política por uma sociedade sem exploradores nem explorados, pelo socialismo, pode resolver os seus problemas na raiz. É por isso que assume tanta importância a luta contra a exploração, pelo aumento dos salários, em defesa dos direitos, contra a repressão patronal, a resistência às medidas anti-trabalhadores que estão a ser impostas pelo governo”*.

E no ponto 3.1.2 *“Dinamizar a luta dos trabalhadores, reforçar a sua organização unitária e criar organização do Partido nas empresas para intervir deve ser, pois, a fundamental tarefa em todas as organizações.”*

Sendo a Célula de Empresa a mais importante organização de base do Partido é fundamental (com responsabilidades acrescidas para o Organismo de Direcção) regularizar reuniões e desenvolver planos de trabalho ambiciosos, mas realistas, para inverter a débil situação do nosso Sector.

#### **4.7 Objectivos de trabalho futuros**

Ao novo Organismo de Direcção e a todos os camaradas da nossa organização cabe a responsabilidade de concretizar os seguintes objectivos:

##### **Reforço orgânico do Partido:**

- ✓ Promover uma reunião de todos os camaradas das seguradoras do antigo Grupo Espírito Santo e discutir um plano de trabalho e a constituição de um Secretariado;
- ✓ Promover uma reunião de todos os camaradas das seguradoras do antigo Grupo Caixa e discutir um plano de trabalho e a recomposição do Secretariado;
- ✓ Reunir de forma periódica e elaborar um plano de trabalho da Célula da Mútua dos Pescadores;
- ✓ Regularizar as reuniões dos coletivos da Assistência e dos Mediadores, com planos de trabalho próprios;
- ✓ Concluir até ao final do ano a Campanha de Contactos com todos os militantes do Partido, com a entrega do novo cartão de militante, actualização dos contactos e regularização da quotização, auscultação da disponibilidade para assumir tarefas concretas, entre outras;

##### **Fundos:**

- ✓ Contactar todos os militantes com quotas inferiores a 3€ procurando estabelecer este valor como referência mínima para o Sector (valor equivalente a menos 6 bicas ou um maço de tabaco mensais);
- ✓ Contactar todos os militantes com quotas superiores a 3€ para procurar aumentar o valor com a referência de aumento mínimo de 1€;
- ✓ Agendar outras iniciativas que, promovendo o esclarecimento e convívio de camaradas e amigos, possam também constituir oportunidades de obtenção de receitas e/ou recolhas de fundos;
- ✓ Até Março de 2016 angariar 7 500€ de acordo com a Campanha para aquisição da Quinta do Cabo, contactando todos os camaradas da organização e elaborando listas de contacto com amigos para contribuírem; A Comissão de Fundos e Iniciativas irá acompanhar o controlo de execução das metas aprovadas, responsabilizando um camarada por esta tarefa;

##### **Recrutamento:**

- ✓ Elaborar uma lista de nomes a contactar para recrutamento do Partido, sendo o controlo de execução feito directamente no Organismo de Direcção: 2 nomes por local de trabalho, para concretizar até Março de 2015.

### **Propaganda / Avante!:**

- ✓ Manter o modelo actual do Boletim do Sector com edição trimestral;
- ✓ Discutir nas células a criação de um boletim com edição periódica;
- ✓ Responsabilizar um camarada pela organização das distribuições de propaganda, impedindo o desperdício de recursos do Partido e garantindo que a informação chegue às empresas e locais de trabalho;
- ✓ Até ao aniversário do Partido em 2015 aumentar a venda do Avante para 17 exemplares semanais, priorizando os locais de trabalho nas imediações do CT Vitória e esclarecendo e apelando aos camaradas e amigos para a possibilidade de assinarem o Avante! e o receberem em casa nas outras situações;

### **Outras Iniciativas:**

- ✓ Regularizar a realização de dois almoços do Sector com intervenção política na época de Natal e comemorativo do Aniversário do Partido;
- ✓ Retomar as iniciativas periódicas da Célula dos Reformados, onde destacamos desde já o Magusto a realizar no próximo dia 10 de Novembro no CT Vitória;
- ✓ No ano de 2015 assinalar o 40º aniversário da Nacionalização dos Seguros com uma campanha de esclarecimento junto dos trabalhadores e edição de uma brochura, contactando a organização dos Bancários para um jantar comemorativo conjunto.

## **5. CONCLUSÃO**

A realização da IX Assembleia da Organização do Sector dos Seguros da ORL do PCP, mais de 8 anos após a última Assembleia realizada, não visa apenas eleger um novo Organismo de Direcção com total legitimidade para dar consequência prática às orientações aprovadas neste documento. **A realização desta Assembleia coloca em primeiro lugar a tarefa de todos os militantes do Partido no sector assumirem nas suas mãos a tarefa do reforço orgânico do Partido como factor fundamental para reforçar a luta dos trabalhadores.**

O reforço orgânico do Partido nas empresas e o reforço da ligação aos trabalhadores são por isso tarefas que devem ser assumidas de forma prioritária, a par da salvaguarda das necessidades financeiras do Partido e do contacto permanente com os camaradas organizados no Sector. O esclarecimento dos trabalhadores das contradições do sistema capitalista, do papel da política de direita e do “sindicalismo traidor” dos interesses da classe são elementos que se conjugam para criar condições para elevar as condições subjectivas para os trabalhadores dos Seguros (no seguimento da sua exemplar história de luta) tomarem nas suas mãos os destinos das suas vidas.

A luta em defesa dos postos de trabalho, por melhores salários, pela devolução dos direitos roubados são elementos centrais na construção da unidade na luta por uma política patriótica e de esquerda, onde a nacionalização dos seguros (e do restante sector financeiro) surge como eixo central para devolver ao poder democrático o controlo sobre a economia.

**São duras as lutas que se avizinham, mas os militantes comunistas do Sector do Seguros estarão certamente à altura das suas responsabilidades.**

11 de Outubro de 2014